



1 CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

2 URC LESTE MINEIRO

3 ÍNTEGRA DA ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21/05/2013

4 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata - Boa tarde a todos e a todas,
5 vamos dar início a 92ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro
6 nesta data de 21 de maio de 2013 com execução do Hino Nacional Brasileiro. Mais uma vez boa
7 tarde a todos e a todas, é com satisfação que estamos hoje aqui em Governador Valadares para
8 presidir a 92ª Reunião Ordinária, trago mais uma vez o abraço do nosso presidente Dr. Danilo
9 Vieira Júnior, Secretário-Adjunto de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
10 agradeço também a presença dos senhores conselheiros. **Passemos ao item 3 comunicado dos**
11 **conselheiros e assuntos gerais, aberta a palavra.** Leonardo Castro Maia, Ministério Público -
12 senhor presidente, senhores conselheiros, queria aproveitar a oportunidade pra fazer três
13 informes, primeiro é a cerca do Congresso do Planeta Verde que vai se realizar agora no início
14 de junho né, do dia 3 ao dia 5, estou procurando aqui justamente a data precisa pra informar aos
15 senhores, de 3 a 6, é isso, não, de 3 a 5 mesmo, estou vendo aqui agora, dia primeiro e dia 2 vão,
16 será o dia de apresentação de tese e depois do dia 3 ao dia 5 é o Congresso propriamente, esse é
17 um Congresso Mutante de direito ambiental, né, talvez, ele é o principal Congresso de Direito
18 Ambiental do nosso país, e já ouvi dizer que é o maior do mundo né, na verdade é um
19 Congresso, porque ele são três Congressos na verdade, Congresso Estudantes, Congresso
20 Profissionais e o Congresso Internacional que ocorre simultaneamente nesse período, então eu
21 queria fazer esse informe pros senhores convidando-os a comparecer no Congresso. Eu queria
22 aproveitar a oportunidade também fazer uma rápida manifestação pros senhores a cerca da
23 proposta de Emenda Constitucional de número 37, eu acho que a maioria dos senhores já ouviu
24 falar dela, eu mesmo já estive presente aqui em Governador Valadares e em inúmeros encontros
25 dedicados a essa questão, mas ela ainda não foi apresentada aqui na Unidade Regional
26 Colegiada, então eu queria aproveitar a oportunidade pra rapidamente tecer algumas palavras
27 sobre ela. Proposta de Emenda Constitucional número 37 ela é uma proposta que visa alterar a
28 Constituição Federal de 1988 pra inserir um dispositivo na Constituição criando, inaugurando,
29 porque sem igual na historia do nosso país o monopólio de investigações pela polícia, pelas
30 polícias civis né, nos estados, e pela polícia federal, eu digo que inaugurando um monopólio de
31 investigação porque de fato na história do Brasil jamais houve esse monopólio né, hoje o que nós
32 temos é a possibilidade de investigação criminal ser realizada por qualquer um, até mesmo por
33 particulares, e aí eu lembro aos senhores da existência dos chamados crimes de ação penal
34 privada, existe alguns crimes que são de ação penal própria, por exemplo, crimes contra honra
35 pessoal, crimes de danos, que são processados pelo próprio ofendido, são poucos os crimes de
36 ação penal privada, mas eles existem e nesses crimes o próprio ofendido pode colher
37 informações, como também pode fazê-lo na esfera civil, esfera administrativa e a par do
38 particular realizar coleta de informações, nós temos hoje o sistema de pluralidade de
39 investigações em que, por exemplo, o Ministério Público conduz as investigações. Os tribunais
40 superiores STJ Superior Tribunal de Justiça e STF Supremo Tribunal Federal e inúmeras
41 oportunidades já acentuaram o entendimento de que essas investigações, por exemplo, do
42 Ministério Público são investigações legais desde que cumpram as normas, o que é disposto no
43 código de processo penal, disposto nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público,
44 e todos os senhores também sabem são muitas as atuações nesse sentido no combate a corrupção
45 especialmente como, por exemplo, no famoso histórico caso do mensalão, no caso do mensalão
46 nós tivemos a investigação, investigações conduzidas pelo Ministério Público, mas inúmeros



47 outros casos por sinal hoje, está sendo lançado em Brasília um livro titulado em Investigações
48 Exitosas do Ministério Público, esse livro está sendo lançado hoje, ele trás casos assim, muito
49 conhecidos, casos célebre de investigações que foram realizadas pelo Ministério Público a
50 exemplo daquele famoso caso do Barbodega em São Paulo em que a polícia prendeu alguns
51 rapazes na ocasião e esses rapazes foram obrigados a confessar a uma infração e depois foi
52 apurado que eles não tinham cometido, que na verdade quem havia cometido a infração era o
53 grupo de policiais que tinham praticado na ocasião os crimes nesse estabelecimento Barbodega,
54 e eu falo essa iniciativa além dela ser absolutamente nova no nosso sistema, porque ela nunca
55 existiu, jamais nessa história existiu monopólio de investigações no Brasil, ela também é de certa
56 forma inédita no mundo, porque hoje nós temos na organização das nações unidades
57 aproximadamente 190, 194, cento e noventa e poucos países que são participantes da
58 Organização das Nações Unidas, de todos esses países apenas três países utilizam essa restrição,
59 que são os países Quênia, Uganda e Indonésia, são países que não tem nenhuma semelhança em
60 relação com a nossa tradição jurídica, são países que tem um sistema totalmente diferente do
61 nosso, estão em outra realidade, dois dos países estão na África né, que é o Quênia e Uganda o
62 outro país está bem distante, do outro lado do mundo, caso a Indonésia países que não guardam
63 nenhuma relação com nosso sistema, são os únicos países no mundo que impõe essa restrição ao
64 cidadão, eu entendo que é uma restrição aos cidadãos, porque hoje cidadãos podem recorrer a
65 vários mecanismos, a vários órgãos, utilizar vários instrumentos e aprovada essa proposta de
66 emenda constituição estariam obrigados a somente recorrer pra uma única investigação que é a
67 realizada pela polícia. Um outro detalhe é que existem apurações que são realizadas por diversos
68 entes da administração pública, mandam os procedimentos ao Ministério Público, existe até uma
69 disciplina, um procedimento típico que é o alto de notícia, crime por crime tributária, alto de
70 notícia crime tributária, é uma pasta, é um procedimento regulamentado, ele é instruído com
71 perícia contábil e etc, e esse procedimento é encaminhado pro Ministério Público que ajuíza ação
72 penal com base nesse instrumento né, e com base no nosso sistema atual em que admitida a
73 pluralidade de atores investigando o próprio código de processo penal ele fala que o inquérito
74 policial ele é apenas um instrumento, ele pode ser dispensado, ele não é uma obrigatoriedade ter
75 de realizar uma investigação pelo inquérito policial, o inquérito policial na verdade é um
76 instrumento muito importante, mas ele é uma das espécies de instrumento de investigação, e
77 vejam que nesses casos a receita manda esses procedimentos crimes tributários não circulam via
78 de regra pelo sistema policial né, eles são apurados pela receita e são encaminhados pro
79 Ministério Público e não se trata de uma, não se trata dizer que o inquérito policial não poderia
80 investigar, mas na verdade é porque esses instrumentos eles vem completos pro Ministério
81 Público, vem com perícia, vem com oitiva, vem com termo de declaração, eles vem completos,
82 quando o promotor recebe essa informação ele não precisa via de regra de realizar nenhuma
83 outra diligência, o procedimento já está completo, mas existem vários outros casos em que no
84 conselho de política ambiental eu queria chamar atenção para os casos ambientais, o Ministério
85 Público recebe inúmeras peças de informação procedimentos, cópias de processos que são
86 oriundos do sistema de meio ambiente, do Sistema Nacional de Meio Ambiente que é o
87 SISNAMA, então o SISNAMA ele é composto por diversos órgãos, entre esses órgãos (*falhas*
88 *na gravação*) Unidade Regional Colegiada em um órgão que compõe o SISNAMA, e o promotor
89 ele recebe essas informações com informações técnicas né, porque os técnicos eles estão no
90 Sistema Nacional de Meio Ambiente, lá estão os engenheiros florestais, lá estão os químicos, lá
91 estão os engenheiros civis, são profissionais que nem mesmo existem uma estrutura do
92 Ministério Público ou da polícia né, eles são profissionais que estão atuando muito voltados pra
93 questão ambiental, e nessa atuação do SISNAMA são constatados muitos crimes ambientais,
94 porque vários dos fatos que inclusive nós apreciamos aqui, esses fatos além de serem ilícitos e
95 administrativos, muitas vezes eles também são ilícitos criminal, eu vou citar o exemplo a



96 operação sem licenciamento ambiental, sem licença ambiental, operar o empreendimento sem
97 licença ambiental é um crime ambiental. Instalar um empreendimento sem licença ambiental é
98 um crime ambiental. Causar poluição é um crime ambiental, são também infrações
99 administrativas, então nada mais lógico do que o sistema constatando infração comunicando o
100 Ministério Público, o Ministério Público vai ajuizar a ação penal e no entanto essa proposta de
101 emenda constitucional ela também limita essa apuração que é realizada pelos órgãos do
102 SISNAMA, pelas Controladorias gerais, imaginem quantas infrações são apuradas através da
103 Controladoria Geral da União, da Controladoria Geral dos Municípios, Controladoria dos
104 Estados, das Ouvidorias, não é, dos Tribunais de contas, da União e dos Estados, e dos Tribunais
105 e contas e dos municípios, alguns municípios tem Tribunais de Contas, então senhores, há a
106 possibilidade de um grande retrocesso, é um caminho que nós nunca trilhamos, é um caminho
107 que não é um caminho, digamos assim, iluminado, pavimentado, porque esse caminho
108 pavimento é o que é trilhado pelas grandes nações do mundo entre as quais nós estamos
109 incluídos, quero crer, e nós temos um outro caminho que é o caminho precário, um caminho
110 desconhecido que é esse caminho do monopólio, vejam que a investigação criminal é um serviço
111 público e nenhum serviço que é submetido ao monopólio, ele é bem prestado né, ou melhor,
112 elimina ou diminui as chances de que isso seja bem prestado, pra finalizar esse informe, eu diria
113 pros senhores que a corrupção ela custa, segundo estimativa, no relatório da transparência
114 internacional 69, 1 bilhão de reais por ano ao Brasil que ocupa posição, não por acaso número
115 69 do relatório da transparência internacional, então nós estamos caminhando, mas nós estamos
116 em posição 69 dentro de um universo de 190 países né, nós não estamos bem colocados, nós
117 estamos muito mal colocados, estamos em 18 eu acho, no futebol né, estamos muito mal
118 colocados, porque já estivemos em primeiro, estamos em 18, posição 18, décimo oitava, ou
119 décima nona no futebol, mas veja que no combate à corrupção nós estamos na posição 69, de
120 acordo com relatório encomendado pela FIESP, Federação das Industrias do Estado de São
121 Paulo e titular de corrupção custos econômicos e propostas de combate, esse custo representa
122 entre 1,38% a 2,3 % do nosso produto interno bruto, é dinheiro que, por exemplo, poderia
123 ampliar de 34.5 bilhões pra 51 milhões números de estudantes matriculados na rede pública de
124 ensino fundamental, por exemplo, ele poderia fazer crescer de 367 mil leitos para 694 mil leitos
125 no sistema de saúde se esse dinheiro fosse empregado corretamente e pra citar um dado que eu
126 levantei aqui porque tem respeito com a nossa função ambiental né, nossa função ambiental
127 urbanística, mais de 2.9 milhões de famílias poderiam (*falhas na gravação*) ou ainda levar o
128 saneamento básico que é um problema que todo dia a gente trata aqui no conselho de política
129 ambiental, saneamento básico a mais de 23.3 milhões de domicílios e vejam que estamos numa
130 cidade Valadares, que é uma cidade que é cidade pólo da região do leste de Minas que é uma
131 cidade do leste de Minas que está na região que é pólo do Brasil, que é o sudeste brasileiro né,
132 nós estamos no creme né, em termos de desenvolvimento e etc, se a gente for considerar todos os
133 estados da federação nós estamos no melhor dos estados né, ou pra aqueles que não acharem que
134 é o melhor com certeza nós estamos entre os melhores, e nós, por exemplo, nessa cidade não
135 temos tratamento de esgotos, não temos disposição adequada de resíduos, ou seja, saneamento
136 básico que é justamente essa questão, nossa região que é uma região que tem melhores
137 condições, ainda sim nós temos problemas, nesse contexto se quer limitar as investigações do
138 Ministério Público e de diversos outros órgãos, inúmeros outros órgãos que compõe o nosso
139 sistema de persecução criminal, vamos dizer assim, no sentido amplo do termo, eu acho que isso
140 é uma questão que deve ser refletida, e por isso eu achei importante trazer aqui e deve ser objeto
141 de conversa entre todos nós e com aquelas pessoas que nos representam no congresso nacional
142 pra que abram os olhos pra essa questão, pra que essa questão não passe em branco, não passe
143 sem um adequado (*falhas na gravação*) específica do Ministério Público, da investigação do
144 Ministério Público, eu queria dizer aos senhores que ele não é melhor do que os outros entes, ele



145 é mais um dos que poderão perder a investigação criminal, mas ele é um órgão que vem gozando
146 de boa, ou de bom conceito credibilidade junto a sociedade brasileira, porque nós poderemos
147 imaginar que o Ministério Público não estivesse funcionando, tivesse investigando mal,
148 investigações elas não descem nada, elas gerassem impunidades, talvez fosse o caso dele não
149 mais investigar, mas não é isso que acontece, a Fundação Getulio Vargas é a Fundação que é a
150 entidade que faz o custo desses índices de infração, da tabela que a gente utiliza pra seguro de
151 veículos, ou seja, uma Fundação Getulio Vargas entidade seriíssima que mexe muito com essas
152 questões de pesquisas né, de informações, ela fez uma pesquisa em 2011, e nessa pesquisa ela
153 perguntou a sociedade sobre a credibilidade das instituições, e ela arrolou todas as principais
154 instituições, digamos, da vida pública brasileira, e o Ministério Público nessa pesquisa no
155 levantamento geral ele ficou em terceiro colocado em credibilidade, apenas atrás da igreja e das
156 forças armadas, não é esse sinal de que ele seja melhor, mas é sinal de que ele não está entre os
157 piores, não é, ele está entre aqueles que gozam de respeito, na questão específica da persecução
158 criminal a pesquisa ela se debruçou especificamente questão da persecução criminal e nesse
159 quisito, em especial, o Ministério Público configurou em primeiro lugar em credibilidade, então
160 vejam que é uma instituição que goza de boa credibilidade entre o seu público alvo que é a
161 sociedade né, o seu usuário, o seu cliente, o seu destinatário das suas ações, então isso faz
162 também perguntar qual é o clamor, o que mudou, o que aconteceu pra que a gente queira alterar
163 a Constituição Federal pra introduzir um sistema absolutamente inédito, absolutamente diverso
164 daquele que nós vemos utilizando desde que Dom Pedro Primeiro declarou a independência do
165 país, ou desde Dom João ainda à Coroa Portuguesa abriu os portos aqui no Brasil, então o que
166 mudou, qual é o clamor, o que está acontecendo, então são essas as considerações que nós
167 queríamos fazer, agradecendo muito atenção e pedindo desculpa os senhores, estão todos
168 cansados aí com essas informações que são, não são agradáveis né, são muito desagradáveis,
169 obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – pois não, mais
170 alguém? Maria Aparecida Pereira, Prefeitura Municipal – pra nós é uma satisfação, é um prazer
171 conhecê-los e colaborar aqui com o COPAM, já tivemos as últimas três reuniões nós viemos
172 aqui e participamos como convidada né, pra gente poder estar entendendo melhor o
173 funcionamento, vejo este conselho né, com grandes responsabilidades e atuação dos conselheiros
174 atuando de forma fortemente comprometida com a questão ambiental e pra nós aqui é um prazer
175 estar fazendo parte, então eu gostaria né, da nossa primeira reunião quanto conselheira já está
176 tendo essa fala e também fazendo um informe aqui, nós vamos realizar, este ano é o ano das
177 conferências, que bom né, onde a gente vai contando aí algumas diretrizes que realmente a gente
178 consiga tirar isso do papel e colocar na prática, nós vamos então realizar nossa conferência
179 municipal do meio ambiente este ano, como eixo central este ano é o ano nacional de resíduos
180 sólidos, estamos chamando também a secretaria municipal de serviços urbanos pra estar
181 colaborando, uma vez que aqui no município quem cuida das questão dos resíduos sólidos é o
182 serviços urbanos, uma secretaria nova instituída no início do ano, então se Deus quiser no dia 3
183 de julho nós vamos estar realizando aqui a segunda Conferência Municipal do Meio Ambiente,
184 convidamos a todos e a todas. Wilson Starling, SEDE – boa tarde a todos, dar as boas vindas aí
185 para nova colega, Maria Aparecida, seja muito bem vinda, e dizer, eu tenho dois pontos a
186 focar, um eu queria até falar sobre a fala do Dr. Leonardo, o senhor faz essas colocações com
187 referência a esse Emenda Constitucional que tramita lá no Congresso, na câmara né, e
188 exatamente o seguinte, eu acho que nós temos essa matéria, essa matéria tem muito controversa,
189 e diante dessa controversa mas acho que, o Ministério Público com a constituição de 88
190 agigantou-se, tomou forma, depois veio a lei especificando as áreas de atuação, eu acho que está
191 muito bem definido o papel do Ministério Público, acho também que o Ministério público
192 também não pode ser cerceado do direito de investir, mas que deve haver uma limitação,
193 estabelecer as áreas que o Ministério Público teria uma área mais eficiente como tem tido, ta



194 certo, pra não ficar aberto num todo, porque nós temos também cobrar da polícia civil, da polícia
195 judiciária o papel constitucional deles de investigar, entretanto eu ainda acho que não vai ter
196 alteração nenhuma e tem hora que a gente começa a ver, por exemplo, quanto Joaquim Barbosa
197 falou aquilo no poder legislativo, eu já fui membro do poder legislativo e jamais aceito o que ele
198 falou ontem, ele falou de advogado, falou de todo mundo, ele está querendo aparecer, eu estou
199 achando que ele está querendo disputar a eleição com a Dilma, sabe, porque não pode, agora,
200 isso gera resposta, então o meu receio é exatamente esse, é as interferências quando as tidas
201 daquela forma e hoje tudo que se disse vai pra rede social e assim por diante, então eu acho que o
202 momento de apreensão realmente, acho que o Ministério Público desenvolve em todos, pelo
203 menos na minha região e tenho certeza que aqui, que tenho visto a atuação do Dr. Leonardo, é
204 uma atuação tranqüila, buscando sempre a correção do exercício da lei, mas também
205 possibilitando a criação, a assinatura de TAC's de ajustamento de conduta, e assim por diante, é
206 o que a lei permite também, então eu acho que nós estamos chegando num ponto que esse debate
207 está sendo importante até para os próprios estudantes de direito a onde eles estão tendo a
208 oportunidade de saber e conhecer realmente qual o papel de cada Instituição desse país, então
209 fica aqui minha fala, não de apoio, mas muito menos pelo contrário de ser contra a ser surrupiado
210 do Ministério Público poder investigativo, mas eu acho que isso vai se chegar a um bom tempo,
211 um bom termo e espero que esse bom termo seja bom pra todos nós cidadãos brasileiros né,
212 mineiros e cada um da sua cidade, acho muito importante, mas fica aqui o meu alerta com
213 referência, por exemplo, o que disse ontem o Joaquim Barbosa, é uma pessoa que merece todo
214 respeito pela sua trajetória de vida, seu entendimento, a sua cultura jurídica, mas tem hora
215 também que tem que ter uma certa medida naquilo que disse, por outro lado também eu gostaria
216 de abordar o seguinte, Maria Helena, quero primeiramente pedir desculpas, porque às vezes fico
217 ligando diretamente o seu celular porque os outros telefones não atendem na superintendência,
218 inclusive o do chefe do, como é que chama, nosso chefe ali que as vezes ligo no celular dele,
219 porque é os dois celular que eu tenho, o seu e o dele, ele não atende também não, o único que
220 atende lá é você Maria Helena, então fica aqui o meu agradecimento a você e que seja corrigido
221 isso, porque as vezes a gente tem alguma dúvida que seja a mais simples que seja, as vezes nós
222 não precisamos de reportar a chefe, podemos conversar com os próprios funcionários, então são
223 essas as comunicações que eu teria para hoje, muito obrigado. Leonardo Castro Maia, Ministério
224 Público – eu queria receber, eu recebi essa fala como um apoio contra a proposta de emenda
225 constitucional né, eu acho que a questão ela não melhora a investigação criminal, você tirar a
226 investigação do Ministério Público ou do Tribunal de Contas, ou da Receita ou dos órgãos
227 ambientais ela não qualifica a investigação criminal, ela não melhora ela né, então se o
228 argumento que a investigação criminal não é boa, a investigação criminal não é boa pra ninguém
229 na verdade né, todos tem dificuldades, um crime de homicídio, por exemplo, nós apuramos cinco
230 a oito por cento dos crimes, cinco a oito por cento, quanto nos Estados Unidos esse índice é 65%,
231 5% dos crimes de homicídios é muito pouco né, então você não vai melhorar esse índice tirando
232 personagens que estão atuando restringindo a atuação deles, e a outra questão é que é precisa
233 fazer uma clara distinção entre, e aí vem a fala cerca do presidente né, do Supremo Tribunal
234 Federal, Ministro Joaquim Barbosa, acho o seguinte, é preciso deixar muito claro que existe uma
235 grande diferença entre as pessoas e as instituições, não é, então o nosso país nós estamos muito
236 ainda atrelados, muito atentos às pessoas, as pessoas são importantes, porque elas é que dão os
237 rumos pra as instituições, mas as instituições são maiores que as pessoas né, nós não podemos
238 fulminar uma instituição, abrir mão de uma instituição, como por exemplo, Supremo Tribunal
239 Federal ou Congresso Nacional, não é, o Congresso Nacional ele tem também inúmeros casos de
240 irregularidades que ele próprio às vezes apurou através de suas comissões de parlamentares de
241 inquérito que também não poderão investigar se a proposta de emenda constitucional foi
242 aprovada e também é um grande prejuízo porque elas prestam um grande serviços, mas o



243 congresso ele é muito criticado, as vezes eu ouço as pessoas falando, tinha que fechar o
244 congresso, e eu não tenho a menor dúvida, no momento que ficharem o supremo, o próximo a
245 ser fechado será o congresso, o congresso que não queira fechar o supremo porque se ele quiser
246 fechar o supremo ele pode se preparar pra ser o segundo a ser fechado, não é, porque a onde se
247 fecha um congresso, a onde se fecha um supremo ou aonde se impede que uma instituição como
248 o Ministério Público (*falhas na gravação*) do estado cumpra as suas funções regularmente, você
249 acaba caminhando pra uma ditadura e é uma ditadura que não é boa pra ninguém, então são só
250 esses comentários que eu queria fazer, e agradecendo o apoio. Wilson Starling, SEDE – só uma
251 partizinha, só dizer que realmente o fechamento do congresso do poder legislativo. Leonardo
252 Castro Maia, Ministério Público – seria o fim do mundo, o fim da democracia. Wilson Starling,
253 SEDE – ia dar umas quatro voltas lá no tumulto dele lá, porque seria realmente a tirania, e não é
254 essa que é a função, acho que o Ministério Público deve e deve continuar investigar sim, ta certo,
255 em minha cidade, onde eu fui parlamentar nós tínhamos um apoio muito grande do Ministério
256 Público, principalmente, e até me lembro hoje de uma reunião que foi feita com os
257 representantes do Ministério Público na câmara em que se criou uma lei sobre a sensibilidade pra
258 deficientes dos órgãos públicos e entre tantas outras coisas que nós tivemos na época por
259 indicação, recomendação e até por insistência mesmo do Ministério Público, então o Ministério
260 Público tem muita coisa boa, agora, como o senhor disse muito bem, nós temos que separar as
261 pessoas das instituições, tem bons representantes do Ministério Público é verdade, talvez a
262 maioria, mas que tem também aqueles que se julgam palmatória do mundo e quer utilizar a lei
263 exatamente para seguir e fazer determinadas coisas, muito obrigado. Alice Lorentz de Faria
264 Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – eu gostaria Dr. Leonardo, de lhe apotecar
265 todo o nosso apoio e esse assunto precisa sim ser discutido, me causa uma certa angústia que a
266 essa altura da vida a gente começa a enxergar algumas nuvens não muito claras no horizonte,
267 isso preocupa e eu queria lhe pedir que se possível essas suas anotações que o senhor enviasse
268 pro meu e-mail pra gente jogar na rede. Raimundo Rodrigues Pereira, FAEMG – senhor
269 presidente, eu estive pensando se deveria voltar a esse assunto que está sendo debatido, mas eu
270 considero que há algo muito pertinente à nosso ambiente, segurança jurídica, a segurança de
271 todas as áreas que são elementos importantes, importantes de cunho ambiental, digamos assim,
272 mas eu gostaria de primeiramente parabenizar o Dr. Leonardo por trazer esse assunto que nós
273 que temos voz muito pequena possivelmente nem pudéssemos ser ouvidos, se abordássemos
274 questões tão importantes como essa, eu gostaria só de deixar o meu pensamento a respeito da
275 leitura que eu faço de toda essa discussão. Há um adágio que diz o seguinte, deixa como está pra
276 ver como é que fica, mas acontece que o que eu estou percebendo é outra, se contendo uma outra
277 realidade, não deixe como está, porque como está incomoda e contraria muitos interesses, eu
278 quero com isso dizer que estou plenamente de acordo, posição e com a alerta feita com o Dr.
279 Leonardo. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu queria agradecer, a senhora mesma
280 me perguntou agora a pouco o quê que nós poderíamos fazer, e agora eu ouvi o senhor
281 Raimundo falar, nós somos muito pequenos né, as vezes nós não temos voz, eu acho que nós
282 podemos muito dentro das nossas limitações de fato, e eu tenho sentido uma grata satisfação de
283 receber muitos apoios, em todos os locais em que eu sou convidado a falar sobre isso em que eu
284 compareço, por exemplo, eu estive na câmara municipal de Governador Valadares com os
285 vereadores e o apoio foi unânime, todos os vereadores da câmara municipal apoiaram a
286 campanha que chama Campanha Brasil contra Impunidade e fizeram uma nota de repúdio até
287 que encaminharam ao congresso nacional, da mesma forma que nós realizamos um encontro
288 aqui no dia da campanha que foi no dia 9 né, que era o dia contra a corrupção nacional né,
289 corrupção, e tivemos a presença da prefeita municipal, da prefeita Elisa Costa, e também do
290 diretor do Fórum, do Juiz Dr. Marcelo, e também fizeram manifestações contra, até que eu fiquei
291 emocionado porque de fato as manifestações dele foram muito superiores às feitas pelos



292 membros do Ministério Público, porque lá nós tínhamos membros do Ministério Público do
293 estado de Minas, do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, e os
294 colegas do Ministério Público do Trabalho eles não fazem investigação criminal, Ministério
295 Público do Trabalho, mas eles encaminham as investigações que eles fazem, quando eles
296 detectam algum crime, por exemplo, trabalho escravo (*falhas na gravação*) do trabalho, mas eles
297 fizeram as manifestações, mas manifestações da prefeita e do juiz foram mais ricas assim,
298 interessantes do que as próprias do Ministério Público. Bem, mas nesse contexto eu queria
299 sugerir, eu não sei qual é a posição dos colegas, mas eu queria sugerir que nós fizéssemos uma
300 moção de apoio destacando a questão ambiental, que a unidade ela se posiciona contra a
301 proposta de emenda constitucional notadamente em razão do possível prejuízo para apuração de
302 crimes ambientais, né. Queria fazer essa proposta pros senhores, é uma coisa que me ocorreu
303 agora, porque vendo, eu até conversei com a senhora mais cedo e a senhora falou, o quê que eu
304 posso fazer, eu falei, não sei, nós temos que conversar com as pessoas e etc, e agora vendo a fala
305 da senhora, do senhor Wilson e do seu Raimundo me ocorreu essa idéia, se todos estiverem de
306 acordo eu faria a proposta no final, ok, obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
307 Zona da Mata – ok, vamos deixar a redação pro final da reunião, pode ser? A gente tem tempo
308 pra pensar, de minha parte, Maria Helena, gostaria de dar as boas vindas pra nossa nova
309 conselheira, desejando-a que ela possa efetivamente contribuir ao longo do tempo que estiver
310 aqui nessa URC, e já temos certeza que a sua colaboração será extremamente importante pra esse
311 Colegiado, que é um Colegiado muito maduro, muito perceptível, Colegiado muito maduro que
312 vem deliberando muita consciência sobre todas as questões, Maria Helena. Maria Helena,
313 SUPRAM Leste – boa tarde senhoras e senhores, da minha parte gostaria também de dar as boas
314 vindas à Maria Aparecida, que ela possa contribuir e enriquecer mais esse conselho que já vem
315 fazendo um trabalho muito interessante pra nossa região e gostaria também de agradecer a
316 FIEMG pelo empenho e a dedicação na realização das nossas URC's, como os senhores estão
317 percebendo nossa URC hoje não foi na FIEMG, ela está sendo no SESI, que foi um trabalho
318 muito intenso da FIEMG em conquistar esse espaço pra que nós aqui pudéssemos realizar a
319 nossa URC, e gostaria também de agradecer ao SESI por ter aceito essa proposta e colaborado
320 não só com a FIEMG, mas conosco também, então nossos agradecimentos sinceros à FIEMG e
321 ao SESI pela compreensão, pelo apoio e o carinho dedicados à SUPRAM Leste Mineiro, sejam
322 sempre bem vindos e nós vamos dar continuidade então à nossa URC. Leonardo Sorbliny
323 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito bem, vamos **ao item 4 Exame das Atas da**
324 **89ª RE de 26/02/2013, 90ª RO de 27/03/2013 e 91ª RO de 24/04/2013.** em discussão. Denise –
325 senhor presidente, sobre a ata da 89 reunião extraordinária eu gostaria que na linha 1.504, que é
326 uma fala minha por sinal, que trocasse a palavra prorrogação pela palavra revogação. Leonardo
327 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, será procedida a correção, mais alguma
328 questão? Não havendo eu coloco em votação as atas da 89 reunião extraordinária, 90 reunião
329 ordinária e 91 reunião ordinária dessa URC, aqueles que estiverem de acordo com as atas
330 permaneçam como estão, APROVADAS. Muito bem, vamos aos itens da pauta que são objetos
331 de deliberação, atenção senhores para eventuais pedidos de vista ou destaque. **Item 5 Processo**
332 **Administrativo para exame da Licença de Instalação: 5.1** Empresa de Transmissão Timóteo-
333 Mesquita Ltda. - Linhas de transmissão de energia elétrica -Coronel Fabriciano/MG - PA /Nº
334 00639/2012/002/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. Leonardo Castro Maia, Ministério
335 Público – eu vou solicitar vista, senhor presidente. Leonardo Sorbliny Schuchter,
336 Superintendente Zona da Mata – vistas referidas pela Procuradoria Geral de Justiça, FIEMG e
337 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Item 6 Processos Administrativos para**
338 **exame da Licença de Operação: 6.1** Arcelormittal Brasil S/A - Mina do Andrade - Pilhas de
339 rejeito/estéril - Bela Vista de Minas/MG - PA/Nº. 00105/1998/017/2012 - DNPM 002308/1935 -
340 Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque. Destaque da SUPRAM.



341 **6.2 White Martins Gases Industriais Ltda.** - Produção de substâncias químicas e de produtos
342 químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos; Subestação de energia elétrica - João
343 Monlevade/MG - PA/Nº. 00335/1995/007/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum
344 destaque? Sem destaque. Sim, destaque. **Item 7 Processos Administrativos para exame da**
345 **Licença de Operação Corretiva: 7.1** Magno e Paula Ligas e Reciclados Ltda. - Depósito de
346 sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem; Reciclagem ou regeneração
347 de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados; Posto de abastecimento - Bela
348 Vista de Minas/MG - PA/Nº. 02083/2004/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram LM.
349 Algum destaque? Destaque da UNIVALE. **7.2** Kaparaó Indústria e Comércio Ltda. - Abate de
350 animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos) -
351 Teófilo Otoni/MG -PA/Nº 00062/2000/006/2011 -Classe 5. Apresentação: Supram LM. Algum
352 destaque? UNIVALE. **Item 8. Processo Administrativo para exame de Revalidação da**
353 **Licença de Operação: 8.1** Usiminas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - Siderurgia e elaboração
354 de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa - Ipatinga/MG - PA/Nº.
355 00038/1983/140/2012 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. O PROCESSO SERÁ
356 RETIRADO DE PAUTA a pedido da SUPRAM. **Item 9. Processo Administrativo para exame**
357 **de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de**
358 **Instalação: 9.1** Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG -
359 LMG 788 - Trecho Alvarenga - Tarumirim - Pavimentação e/ou melhoramento de rodovia -
360 Tarumirim/MG - PA/Nº. 13583/2007/001/2008 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum
361 destaque? Sem destaque. Muito bem senhores, todos os itens tem destaque, com exceção do item
362 9 e portanto não temos nenhum representante inscrito, portanto eu coloco em votação **Item 9.**
363 **Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença**
364 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 9.1** Departamento de Estradas de Rodagem
365 do Estado de Minas Gerais - DER/MG - LMG 788 - Trecho Alvarenga - Tarumirim -
366 Pavimentação e/ou melhoramento de rodovia - Tarumirim/MG - PA/Nº. 13583/2007/001/2008 -
367 Classe 3. Apresentação: Supram LM. em votação, aqueles que estiverem de acordo com o
368 parecer da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 6 Processos**
369 **Administrativos para exame da Licença de Operação: 6.1** Arcelormittal Brasil S/A - Mina do
370 Andrade - Pilhas de rejeito/estéril - Bela Vista de Minas/MG – PA./Nº. 00105/1998/017/2012 -
371 DNPM 002308/1935 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Destaque da SUPRAM. Ana Paula,
372 SUPRAM Leste – nós temos algumas correções pra fazer no parecer, na página 2 onde se lê Rio
373 das Velhas leia-se Leste Mineiro, na página 12 condicionante 4, onde se lê prazo 60 dias leia-se
374 prazo 30 de abril 2011, alteração do prazo aprovado pelo COPAM em reunião realizada em
375 31/03/2011, onde se lê situação - condicionante cumpridas leia-se situação – condicionante
376 cumprida fora do prazo, onde se lê análise foi apresentada tempestivamente, leia-se análise foi
377 apresentada intempestivamente ao IEF e acrescenta-se, o órgão ambiental tomará as medidas
378 cabíveis no caso. Na página 12 condicionante 5, onde se lê situação – em atendimento, leia-se
379 situação – condicionante cumprida fora do prazo e onde se lê (*falhas na gravação*) encontra-se
380 sobre análise pelo GCA do IEF leia-se, em 4 de outubro de 2012 (*falhas na gravação*) temo de
381 compromisso de compensação ambiental 2101010509-412 publicado no IOMG em 20/11/2012,
382 o empreendedor apresentou à SUPRAM Leste de Minas a publicação em 13/05/2013 portanto,
383 fora do prazo estabelecido pela condicionante, o órgão ambiental tomará as medidas cabíveis ao
384 caso. Na página 16 condicionante 3 onde se lê dos termos de compromisso de compensação
385 ambiental e florestal leia-se, do termo de compromisso de compensação florestal e onde se lê
386 cada termo leia-se, o termo. Na página 17 onde se lê anexo 3 leia-se, anexo 2. Leonardo Sorbliny
387 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – senhores, alguma dúvida? Foram vários itens aí
388 corrigidos, correções na redação, alguma questão a ser apresentada à SUPRAM? Não havendo
389 eu vou colocar o processo em votação 6.1 Arcelormittal Brasil S.A. aqueles que estiverem de



390 acordo com o parecer único da SUPRAM com as correções apresentadas aqui pela equipe
391 permaneçam como estão, APROVADO o parecer da SUPRAM. **6.2** White Martins Gases
392 Industriais Ltda. - Produção de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos,
393 orgânicos, organo-inorgânicos; Subestação de energia elétrica - João Monlevade/MG - PA/Nº.
394 00335/1995/007/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Destaque dona Alice. Alice
395 Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – não sou técnica, mas me
396 causou assim, uma certa estranheza que existe um filtro pra coletar emissões atmosféricas, e a
397 pergunta é essa, pra onde está indo o CO2 e o hidrocarboneto do ar? Waleska Bretas Armond
398 Mendes, UNIVALE – página 5 parágrafo terceiro, página 5 parágrafo terceiro. Wesley,
399 SUPRAM Leste – estou tirando uma dúvida com o empreendedor, eu fiz o processo na etapa de
400 licença de instalação e a Janaína agora na etapa de licença de operação, esse, o CO2 que sai, sai
401 como material particulado, então fica retido no filtro, e o hidrocarboneto também, ele não tem
402 saída, não tem emissão atmosférica, ele é numa câmara fechada, o produto desse processo é a
403 separação do nitrogênio e do oxigênio argônio em fases distintas conforme a temperatura, numa
404 torre de destilação, ele é um processo de separação do gás do ar, ele não tem nenhuma substancia
405 que não seja a composição do ar e estratificado, então tudo que sai ali no processo de retenção
406 fica no filtro, o processo é totalmente hermético. Alice Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio
407 Todos os Santos e Mucuri – bem, é difícil pra mim entender, mas a sua explicação eu tenho que
408 confiar né. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – esse filtro, qual que é a destinação
409 depois desse filtro, ele é retirado e limpo, ou? Eliana, Engenheira Química da White Martins e
410 responsável por esse licenciamento – então o que eu posso dizer é o seguinte, o processo é um
411 processo de separação de gases do ar, o objetivo é fabricação de gases industriais e
412 eventualmente medicinais, objetivo dessa planta (*falhas na gravação*) especial, nessa caso são só
413 gases industriais, oxigênio, nitrogênio e argônio, o estado gasoso ou estado liquido, e em uma
414 das fases do processo a gente justamente separa esses contaminantes, são retidos hermeticamente
415 no processo, é um processo estanque e eventualmente quando essa planta, essa fábrica ela é
416 submetida à manutenção periódica, esses filtros são trocados e destinados como resíduos. Os
417 resíduos vai pra nossa, esses em especial, os filtros, eles vão pra planta da White Martins porque
418 muito material é regenerado ta, nós temos um centro justamente faz toda essa parte mecânica
419 tem no Rio de Janeiro, tem em Capoava, interior de São Paulo, mas são manutenções no caso
420 desses filtros bastantes esporádicas tá, não é uma geração de resíduos que seja significativo, é
421 bastante pontual, a disposição. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
422 conselheira Waleska, alguma questão? Pois não. Wesley, SUPRAM Leste – só pra comentar,
423 dentro da traquerização dos resíduos sólidos página 8, bem no final, o filtro de gás tanto quanto o
424 filtro compressor de ar ele é devolvido ao fornecedor nesse caso, então ele tem a destinação
425 conforme cada tipo de resíduo que é gerado na planta de manutenção, material ferroso, material
426 contaminante. Dona Alice, só um minutinho, porque às vezes a gente, é porque esse filtro que a
427 senhora está perguntando é o do compressor, entendeu? Aí ele é devolvido ao fabricante nesse
428 caso. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok senhores, mais alguma
429 questão? (*falhas na gravação*) 6.2 White Martins Gases Industriais Ltda, aqueles que estiverem
430 de acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão APROVADO. **Item 7**
431 **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 7.1** Magno e
432 Paula Ligas e Reciclados Ltda. - Depósito de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro
433 para reciclagem; Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não
434 especificados; Ponto de abastecimento - Bela Vista de Minas/MG - PA/Nº.
435 02083/2004/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Destaque da
436 UNIVALE. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – esse empreendimento, quando ele
437 fala na página 5, no segundo parágrafo ele fala que na formação da fabricação do briquete
438 mistura munha de carvão e escória de ferro cilício, achou aí, aí eu gostaria de saber como é que



439 se trata a questão da poluição atmosférica no caso aí, porque lá na figura lá, traz na foto, tem a
440 impressão que sai uma fumaça esbranquiçada, página 12, essa poluição atmosférica isso é, não?
441 Não tem nada a ver não? Não, é porque da a impressão que está saindo justo do
442 empreendimento, não é não né? Renilson, SUPRAM Leste – é nuvem mesmo essa foto, inclusive
443 está atrás do britador, o processo de reciclagem ele é feito onde está a foto 2 aí, que é oficina de
444 materiais e reciclagem. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – pois é, mas justo atrás do
445 britador onde que está fazendo a mistura, aí da a impressão. Renilson, SUPRAM Leste – não,
446 não, pois é, a oficina é pro outro lado. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – mas em
447 questão, eu não conseguir achar nenhum programa de monitoramento de poluição atmosférica e
448 nem de poluição sonora, ruídos, não localizei, você poderia. Renilson, SUPRAM Leste – na
449 página 6 o último parágrafo antes de falar da descrição dos programas de projetos, a gente cita
450 aqui, não é evidenciada e emissão de afluentes atmosféricas durante todo fluxo de produção,
451 baseado nos laudos que tem dentro do processo, e nível de ruído é sempre local, assim, foi feito
452 monitoramento ao redor do empreendimento mas os únicos índices altos que foram encontrados
453 foram dentro, dentro assim, de equipamentos, coisa de maquinários que fazem um barulho
454 maior, e a gente até cita que na *(falhas na gravação)* que deve se tomar cuidado nesse sentido
455 pra não prejudicar o funcionário no caso que seria o principal afetado. Waleska Bretas Armond
456 Mendes, UNIVALE – não é mais próxima do processo, mas essa mistura de munha de carvão e
457 escoria de ferro silício, isso não gera nenhum tipo de poluição, nenhum tipo de resíduo na
458 atmosfera? Renilson, SUPRAM Leste – eu vou, prefiro deixar o empreendedor aqui se
459 manifestar. Lismara, Consulta da empresa Magno e Paula – boa tarde, tudo bom? Qual foi a
460 pergunta, por gentileza? Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – na mistura da munha de
461 carvão e escoria de ferro silício pra formação do briquete na hora que está se misturando.
462 Lismara, Consulta da empresa Magno e Paula – ela é misturada úmida, então não gera. Leonardo
463 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – por favor, por favor, alou, se apresente.
464 Lismara, consultora da empresa Magno e Paulo – Lismara Oliveira – então o que acontece no
465 processo porque mistura água também na, na verdade. Magno, empreendedor - todo processo de
466 briquetagem ele é feito úmido, não se consegue briquetar. Leonardo Sorbliny Schuchter,
467 Superintendente Zona da Mata – por favor, por favor, se apresente. Magno, empreendedor –
468 desculpa, sou Magno, empreendedor da Magno e Paula - o processo de briquetagem, todo ele,
469 principalmente com produto siderúrgico não se consegue briquetar a seco, então antes desse
470 processo ele é todo modificado, já sai todo praticamente do produtor da moinha até o nosso
471 estabelecimento já vem praticamente úmido e ele inda concentra uma umidade dentro da nossa
472 unidade, pra que na hora do processo ele não sai nenhum gás, ele não sai, não espelha nenhum
473 tipo de poluição, poeira, o que for. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – pelo que eu
474 estou entendendo então, na hora da britagem né, você mistura munha com ferro cilício e água.
475 Magno, empreendedor – munha de cilício são aglomerados, munha de ferro, munha de carvão
476 vegetal e a escora de ferro cilício já vem úmida e ela é umidificada na hora de processamento,
477 temos caminhões pipa e área de água justamente pra que isso não transporte poeira e nem forma
478 poeira no local de trabalho, e são monitorados também por terceiros, são empresas são
479 contratadas pra que monitoram a gente, a questão inclusive são aditadas pela Vale do rio Doce
480 essa questão, auditoria anual questão da poeira, do barulho, então não levanta nenhum tipo de
481 partícula na hora da fabricação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
482 mais alguma dúvida? Satisfeita conselheira? Mais alguma questão? Então coloco o processo em
483 votação 7.1 Magno e Paula Ligas e Reciclados Ltda, aqueles que estiverem de acordo com o
484 parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. 7.2 Kaparaó Indústria e
485 Comércio Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos,
486 equinos, bubalinos) - Teófilo Otoni/MG -PA/Nº 00062/2000/006/2011 -Classe 5. Apresentação:
487 Supram LM. Destaque da UNIVALE também. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE –



488 página 9, um esclarecimento, por favor, aí fala do projeto de instalação da bacia de contenção né,
489 é, essa bacia pra retenção de líquidos contaminados com amônia ta, eu gostaria só de saber,
490 porque não tem especificação sobre a bacia em si, qual a quantidade de líquido que é retido nessa
491 bacia, depois de esse processo todo né, pra onde que vai esse líquido, qual o tempo que ele fica
492 ali, porque a gente sabe que estação de tratamento de efluentes dentro do frigorífico existe um
493 cheiro bastante forte e esses produtos que estão todos contaminados com amônia ainda faz com
494 que o cheiro fica mais persistente no ambiente, quanto tempo esse líquido, tempo de residência
495 do líquido nessa bacia de contenção, a capacidade de carga pra bacia e a destinação final desse
496 líquido. Vando, SUPRAM Leste – o projeto foi apresentado, condicionado e sobre detalhes do
497 projeto o que eu posso dizer é que a medida que o efluente né, o líquido é gerado, a medida que
498 você tem ali um contaminante, um poluente a ser mitigado, tratado, o empreendedor de forma
499 bastante rápida, embatelada, ele retira aquele material e é a empresa dado a destinação final para
500 ele. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – é porque nesse, no resumo do processo não
501 tem essa destinação, porque aqui fala, a norma técnica da CETESB fala que a amônia é
502 altamente tóxica. Vando, SUPRAM Leste – o projeto foi condicionado, o projeto foi
503 condicionado, ele apresentou o projeto, existe uma condicionante pra ele executar o projeto
504 conforme foi apresentado. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – mas não me
505 respondeu nada não. Vando, SUPRAM Leste - se você quiser mais detalhe, realmente eu tenho
506 que chamar o pessoal da consultoria aqui sobre o projeto, há necessidade? Marcela, consultoria
507 Engenho Novo – a amônia ela é usada no sistema de refrigeração né, e possíveis vazamentos são
508 detectados através do plano de gerenciamento de risco, que no caso é feito periodicamente, que
509 também foi condicionado no parecer proposto né, e no caso da geração de vazamento é
510 consideradas também o perímetro, no caso a gente trata de uma área rural né, então não tem esse
511 risco de contaminação né, e no caso de geração ele vai pra tratamento na ETE, no caso de
512 geração né, no vazamento de contaminante ele vai pra tratamento na estação de tratamento, e
513 retorna o tratamento. Wesley, SUPRAM Leste – só pra conta, ia falar contaminar, só pra tentar
514 explicar melhor, é que o programa, talvez na hora que o Vando explicou ele não soube talvez
515 abordar o detalhe pra eventuais vazamentos, na eventualidade do vazamento, esse líquido ele é
516 recolhido pra bacia de contenção, não existe um programa pra determinada periodicidade e
517 polimento, porque espera-se que não haja esse recolhimento contínuo, a gente espera que o
518 sistema não vem a falhar, então na eventualidade desse vazamento, e conforme a consultora
519 explicou, ele pode ser tratado na própria estação de tratamento da estação de efluente do
520 empreendimento. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – então essa instalação, esse
521 projeto de instalação da bacia de contenção é uma exigência legal, mas usa-se quando houver a
522 necessidade, é assim? Wesley, SUPRAM Leste – é porque ele é justamente pro risco de
523 vazamento, no caso da eventualidade do vazamento, uma vez que meu sistema de refrigeração
524 utiliza amônia, amônia é altamente contaminante, então eu tenho que ter uma forma preventiva
525 de estar operando aquilo ali, então a forma preventiva que permite manusearmos amônia é
526 através dessa bacia de contenção pra recolhimento desse líquido eventualmente contaminado
527 com amônia, na verdade não existe um fluxo de produção, na verdade é um risco de
528 contaminação por amônia. Pra tentar até explicar melhor, esse líquido, esse líquido na verdade,
529 eventual é o próprio óleo no sistema de lubrificação dos compressores, os compressores utilizam
530 óleo, é uma máquina rotativa, então ele utiliza (*falhas na gravação*) eventualidade de
531 contaminação em algum vazamento ele tem a bacia de contenção pra retenção. Leonardo
532 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – só um minuto, só um minuto, vamos por
533 ordem na casa aqui né, conselheiro, o senhor não está à mesa hoje, mas eu posso abrir uma
534 exceção se D. Alice concordar quanto titular pro senhor colaborar, senão isso aqui vira, vira
535 bagunça, sim, sim, eu não estou negando isso não, estou dizendo que o senhor começou falar
536 fora do microfone aí a gente fica sem o registro, fica confuso. Jose Ângelo Paganini, Fundação



537 Relictos – a concessão da licença de instalação foi questionado esse problema da amônia, porque
538 vocês estão com equipamentos de contenção do produto do controle de um vazamento que seria
539 água misturada com amônia, aí você retém isso numa bacia de contenção, mas a amônia quando
540 vaza pro ar ela vira gás se você não tiver nenhum outro sistema de proteção essa amônia vai
541 contaminar a redondeza toda, matar funcionário e etc e tal, na licença de instalação foi
542 questionado isso, e ficou uma condicionante aí, se não me engano, da empresa fazer o estudo
543 sobre a necessidade de ter o sistema de controle, agora nessa licença de operação não se fala
544 nada a respeito, como é que fica isso? Denise Bernardes Couto, FIEMG – senhor presidente,
545 questão de ordem relativo ao regimento interno, o regimento interno em nada diz que um
546 conselheiro suplente que não esteja sentado à mesa possa se manifestar, ele é conselheiro? É, só
547 que ele não está aqui representando a ONG, caso ele quisesse fazer algum tipo de manifestação
548 deveria estar inscrito no livro de inscrições, o regimento interno não fala nada disso, isso é
549 direito ao regimento interno do COPAM, questão de ordem. Jose Ângelo Paganini, Fundação
550 Relictos – eu não concordo. Alice Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e
551 Mucuri – por gentileza, eu cedo o meu lugar pro conselheiro. Jose Ângelo Paganini, Fundação
552 Relictos– aí pela ordem, aí terá que ser durante toda a reunião, porque no meio da reunião
553 exceção não poço aceitar não, regimento interno é pra ser cumprido, que a partir do momento
554 que seja desrespeitado nessa casa, na nossa Unidade aqui, aí vai virar casa de mãe Joana. Alice
555 Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – caro colega, caro colega,
556 eu não sabia que isso era me vedado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
557 Mata – só um minuto, só um minuto conselheiro, só um minuto, vamos colocar ordem aqui
558 senão a gente perde o controle da reunião, calma, vamos lá, eu abri uma exceção pra
559 manifestação do senhor como já o fiz em uma outra oportunidade né, considerando as
560 colaborações que o senhor presta ao conselho e pedi licença a D. Alice pra isso, não vou permitir
561 contribuições como o senhor iniciou ali, perguntar fora do microfone, sem estar inscrito, então eu
562 acho que nós temos que tratar as questões com muito cuidado né, eu abri uma exceção, se a
563 conselheira Alice quiser eventualmente articular com ele e apresentar o questionamento não há
564 qualquer problema né, eu abri uma exceção para o bem da deliberação pra que a contribuição do
565 senhor seja efetiva e respeitada, que temos é que ampliar a discussão, porque se cada um dos
566 suplentes estivessem presentes aqui e nós ouvíssemos todos os suplentes numa discussão não
567 teríamos condições, então vamos organizar da seguinte forma, o conselheiro vai concluir seu
568 raciocínio e o posicionamento que ele quiser passar, ele articula com a senhora pra senhora
569 expressar. Vou deixar ele concluir e logo depois a senhora enquanto titular vai articular com ele
570 o voto ou alguma outra manifestação, pois não. Jose Ângelo Paganini, Fundação Relictos –
571 senhor presidente, eu já tinha solicitado maneira informal um esclarecimento a esse artigo aí, o
572 artigo ele fala que o conselheiro do COPAM tem direito a voz, certo, no parágrafo depois ele fala
573 que ele exclui o direito dele ser, dele votar, mas não exclui em momento nenhum eu deixo ser
574 conselheiro do COPAM, tanto é que eu estou recebendo carta de advertência lá na minha casa
575 quando eu não vou, o presidente do COPAM está me mandando cobrança lá que eu não estou
576 comparecendo nas reuniões, agora, comparecer às reuniões e ser caçado o meu direito de falar, já
577 que o regimento me permite isso, eu não acho aceitável, certo, o regimento fala que o
578 conselheiro do COPAM, não fala se é suplente ou se é efetivo, conselheiro do COPAM tem
579 direito a voz, tem dentro das atribuições todas do conselho, agora, a única diferença que faz pro
580 efetivo é que o efetivo vota, isso está excluído lá mais na frente, eu não estou pedindo direito a
581 voto não, mas direito a voz acho que eu tenho direito. Leonardo Sorbliny Schuchter,
582 Superintendente Zona da Mata – *(falhas na gravação)* terá direito a voto a acento à mesa o
583 conselheiro titular do órgão ou entidade e na ausência ou impedimento desse o respectivo
584 conselheiro suplente, então é, quando nós estamos falando de acento à mesa nós estamos falando
585 também de discussão da matéria, vejam isso, discussão da matéria ela está reserva aos



586 conselheiros que estão à mesa. Então fora disso. Jose Ângelo Paganini, Fundação Relictos –
587 veja, por favor, as atribuições do conselho aí. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
588 Zona da Mata – fora disso conselheiro, só um minuto Maria Helena, fora disso nós temos o
589 artigo 37, e o senhor como qualquer outra pessoa pode se inscrever, eu abri uma exceção aqui e
590 volto a dizer, como já fiz outra vez nós não podemos transformar isso em regra, ok, contanto
591 aqui com a quescencia da conselheira, eu permiti que o senhor fosse ouvido, tendo em vista a
592 relevante contribuição que o senhor vem prestando ao conselho, mas nós não podemos abrir
593 essas exceções toda vez não, realmente é uma situação que nós temos que tratar com muito
594 critério, esse direito a voz o senhor tem desde que inscrito né, e o senhor pode, considerando a
595 cadeira que o senhor compartilha com D. Alice os senhores podem articular o questionamento da
596 união, etc, isso aí não tem menor problema, Maria Helena, você quer falar? Maria Helena,
597 SUPRAM Leste – gostaria de dar uma explicação, o conselheiro titular quando ocupa, os
598 conselheiros que ocupam a mesa são os conselheiros que tem direito a voto e tem direito a
599 manifestação (*falhas na gravação*) estivesse o conselheiro José Ângelo, então ele que tinha o
600 direito de manifestar porque foi ele que veio pra reunião, ele pode articular com o par né, no caso
601 com a D. Alice porém a manifestação é exclusiva o voto e a manifestação na mesa do
602 conselheiro que está na mesa, o conselheiro que não está na mesa ele pode se manifestar desde
603 que inscrito, isso é questão de ordem, então nós temos que ter ordem nessa casa, porque daqui a
604 pouco virão suplentes de todos os conselheiros e todo mundo vai querer falar, e não é assim,
605 existe uma norma, então nós temos que seguir a norma, então gostaria que os senhores
606 prestassem bastante atenção, o conselheiro, inclusive muitas vezes o conselheiro titular ele não
607 deseja estar na mesa e cede o lugar para o conselheiro suplente, não tem problema nenhum, e
608 eles se articulam, porém a manifestação é direito do conselheiro que está na mesa. Leonardo
609 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – feito esses esclarecimentos eu vou manter a
610 decisão de presidente, vou colher a contribuição do senhor, excepcionalmente pra que aqui possa
611 esclarecer, para que nós possamos deliberar com toda tranqüilidade. Alice Lorentz de Faria
612 Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – eu agradeço, e principalmente agradeço a
613 gentileza da condução do assunto. Jose Ângelo Paganini, Fundação Relictos – senhor presidente,
614 muito obrigado pela cortesia, apesar de continuar a entender que eu teria direito porque o
615 regimento não é claro nesse sentido, mas tudo bem. Controle de amônia todos matadores eu
616 tenho falado nisso, que é um problema muito sério, não se está levando em consideração o risco
617 de vazamento e dessa amônia líquida se transforma como se transforma em contato com ar em
618 gás, certo, você precisa de fazer um controle pra evitar esse vazamento, em lugar nenhum fala
619 nesse controle, nós questionamos isso na licença de instalação, ficou de ser avaliado aí a
620 necessidade ou não desse controle, agora nós vemos na licença de operação passa-se a limpo de
621 novo, não se fala nada sobre isso, certo, todos os tanques de armazenagem de amônia possui um
622 sistema automático, não sei se é o caso lá no curtume, que quando tem vazamento se abre o
623 chuveiro de água em cima do tanque pra evitar que esse gás vai na atmosfera, em lugar nenhum
624 fala se vai ter isso, como que vai funcionar esse sistema ou não, fala que vai recolher a água
625 contaminada, mas de onde que vem essa água, como é que é isso, existe esse sistema, na reunião
626 de licença de instalação ficou-se de avaliar a necessidade ou não desse sistema, eu gostaria de
627 uma resposta hoje se é necessário ou não e, se eles falarem que não é necessário, quem adotou
628 esse posicionamento assuma as responsabilidades. Vando, SUPRAM Leste – é, cadê a Waleska,
629 Waleska, Waleska, colhendo informações aqui da consultoria e do empreendedor ficou mais
630 claro um pouco, parece que o seguinte, caso haja vazamento, caso haja vazamento
631 excepcionalmente, há um sistema, dois sistemas, primeiro, um de travamento, ou seja, sensor
632 caso haja vazamento ele aciona e para de produzir, liberar amônia, e outro sistema é o de
633 aspersão, que coincide, pulveriza vapor d'água e essa amônia ela não vai pra atmosfera, é como
634 nosso amigo estava preocupado lá, entendeu? Wesley, SUPRAM Leste – tava conversando por



635 telefone com um dos consultores do empreendimento, é o seguinte, normalmente todo sistema de
636 aspersão, todo sistema de refrigeração, tem a etapa de condensação e evaporação, o evaporador
637 pode ser uma válvula expansiva ou pode ser também um capilar, por exemplo, na geladeira que a
638 gente tem em casa, a linha de pressão baixa ela, amônia em estado líquido, comprimida, até
639 chegar na expansão aonde ela consegue ser pulverizada, aí é onde proporciona aquela queda de
640 temperatura bruta, seja amônia, seja HFC, CFC, qualquer tipo de fluido refrigerante, é, então no
641 retorno desse gás pressurizado, aí já em estado gasoso mesmo, o fluido já em estado gasoso ele
642 volta até a etapa de compressão novamente, esse retorno na etapa de compressão, pelo que eu
643 conversei com o consultor do empreendimento aqui, é mais voltado nessa parte técnica ele ma
644 informou que ela não tem o sistema de aspersão, o que eles tem pé um sistema de inter-
645 travamento da linha por ramal, então, por exemplo, em toda extensão se ele identificar queda de
646 pressão, se ele identificar a queda de pressão no ramal o que acontece é o stop da linha, ele não
647 tem, pelo que eu conversei com ele aqui, por exemplo, tubulação do evaporador pro condensador
648 não tem, por exemplo, a tubulação revestida como a gente vê numa indústria grande de uma
649 outra tubulação preenchida com água, por exemplo, pra reter aquele eventual vazamento e
650 destinar aquela afluyente pra uma ETE, alguma coisa desse tipo, como o volume dele lá é
651 proporcional ao ciclo que ele usa de abate lá, então o que ele tem é dentro do programa, aí
652 também envolve o PPRA da empresa né, que não é só questão ambiental mas também questão
653 trabalhista, ele tem o sistema de inter-travamento, ele não soube me responder por telefone se o
654 sistema é automático ou se o sistema é manual, alguns frigoríficos utilizam sistema automático,
655 identificou a variação de pressão na linha automaticamente o sistema pára, normalmente (*falhas
656 na gravação*), então o que acontece é isso, ele não tem, até a onde ele me informou, ele não tem
657 o sistema de aspersão pra retenção de grandes quantidades. José Ângelo Paganini, Fundação
658 Relictos – vamos a uma situação mais simples um pouquinho, chegou o caminhão de amônia, vai
659 descarregar pro tanque da empresa, ok, e começou haver um problema na válvula de conexão,
660 começou vazar amônia, vai virar gás, vai contaminar a fábrica toda, a vizinhança toda, qual é o
661 sistema que vocês utilizam pra controlar isso? Existe algum sistema, é isso que eu quero saber,
662 no tanque da amônia onde está armazenado a amônia e onde é recebido amônia, é um dos
663 problemas mais críticos que se tem no sistema é isso, carregamento de amônia, descarrega
664 caminhão, você engata uma mangueira no tanque, se der um problema de começar a vazar lá, se
665 cair alguma ferramenta ou esbarrão de alguma coisa no tanque, furar o tanque, qual o controle
666 que é feito aí, isso que se quer saber. Alice Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os
667 Santos e Mucuri – olha, dada a dificuldade e a complexidade ao entendimento, eu gostaria de
668 pedir vista. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vista concedida, há
669 condições de apresentar algumas resposta SUPRAM? SUPRAM e empresa. Vando, SUPRAM
670 Leste – com. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – a questão me
671 parece simples, eu não estou vendo dificuldade na questão. Vando, SUPRAM Leste – não, eu
672 acho muito simples também, a conselheira está com dúvida ainda a respeito do sistema de
673 contenção, o outro conselheiro, esqueci o nome lá, que levantou a questão, a caso no processo de
674 abastecimento da amônia né, se haver um acidente, um derramamento, existe duas formas de
675 resolver isso, uma o próprio programa de risco que a empresa tem né, de controle de risco e a
676 outra é isso aí, tem um projeto de instalação que vai ser feito de contenção dessa amônia dentro
677 do sistema de refrigeração, existe dois sistema, o empreendedor já informou aqui, primeiro –
678 caso haja vazamento, tem o sistema de inter-travamento, ou seja, pára de liberar amônia,
679 segundo – vazou, tem aspersão, é o empreendedor informando aqui, o consultor não está com
680 dados tão reais como o empreendedor. Alice Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os
681 Santos e Mucuri – você disse que há um sistema para ser feito, a minha dúvida é o seguinte, não
682 foi descrito em lugar nenhum um sistema de controle e mitigação de vazamento para o ar da
683 amônia. Vando, SUPRAM Leste – não, mas aí ele está no projeto, pera aí. Wesley, SUPRAM



684 Leste – quanto a pergunta, José Ângelo, quanto aquela pergunta do reservatório, vou perguntar
685 ele aqui pra ter uma idéia do porte do reservatório dele lá, o programa deles prevê que no
686 abastecimento, a empresa deles prevê pra fazer isso normalmente, não é qualquer empresa que
687 faz esse tipo de descarga, o abastecimento de amônia ele é pra equilibrar o sistema na pressão de
688 refrigeração, você tem uma pressão de baixa pra alta pra realizar aquilo ali e você ter a queda de
689 pressão necessária pra providenciar a geração do sistema, é tipo o sistema do Shopping de
690 Valadares, mais ou menos relatando, só que o sistema do Shopping de Valadares, por exemplo, é
691 maior do que o sistema lá do frigorífico, só pra ter uma idéia do contexto do tamanho do
692 empreendimento, dentro do recipiente dele lá, acabei de conversar com ele novamente, não
693 estive no local em vistoria, o pessoal da consultoria que está aqui especificamente não está aqui
694 sabendo dessa parte técnica, ele me informou que o sistema dele lá não tem, é simplesmente com
695 mangueira, identificar o vazamento é simplesmente com água mesmo, mas é com mangueira,
696 manual, ele não tem um sistema lá de aspersão lá, por exemplo, automático pra detectar aquilo
697 ali, e alguém bater, por exemplo, um botão e sair aspergindo água, é simplesmente manual, a
698 aspersão lá é manual. Alice Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri
699 – por gentileza, eu mantenho o pedido de vista. Denise Bernardes Couto, FIEMG - vista FIEMG.
700 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – vistas concedidas para Comitê de
701 Bacia e FIEMG e já aproveito o ensejo aqui pra fazer a observação aqui, não admitirei mais
702 situações como essa, ta conselheiro José Ângelo, abri a exceção pela segunda vez e foi a última,
703 então em outras ocasiões se houver colaboração de algum suplente que ela se dê de forma
704 articulada com o titular ou que ele se inscreva devidamente no livro de uso da palavra. Muito
705 bem, encerramos? A sim, temos uma moção, o senhor quer se manifestar? Temos dois inscritos
706 aqui pela empresa de transmissão Timóteo - Mesquita, o senhor quer fazer o uso da palavra, as
707 vistas já estão concedidas, mas se o senhor quiser fazer alguma observação. Dirceu Gomes
708 Farjado, diretor técnico da empresa de transmissão Timóteo – Mesquita – em primeiro lugar
709 gostaria de manifestar aqui o meu respeito ao pedido de vistas, entendo perfeitamente que isso
710 faz parte do processo de julgamento de análise de um licenciamento ambiental, mas então, mas
711 considerando que neste caso o empreendedor tem sempre trazido a esta reunião do COPAM e
712 também a própria SUPRAM e também a todos as solicitações que temos recebido de terceiros,
713 de conselheiros, ou às vezes até de outros órgãos, enfim, o empreendedor tem trazido todas as
714 informações requeridas, eu gostaria só de usando da liberdade que faz parte desse rito processual
715 de solicitar ao presidente e aos conselheiros especialmente aí ao Dr. Leonardo Castro Maia, com
716 quem nós já temos tratado desse assunto, a Dra. Denise Couto idem, eu gostaria de solicitar
717 esclarecimentos sobre esse pedido de vista, repito, sem absolutamente nenhum sentido de
718 questionar pedido de vista, apenas de solicitar esclarecimentos considerando, repito, que o
719 empreendedor tem trazido todas informações requeridas pela SUPRAM e temos nos colocada a
720 disposição como continuaremos sempre a disposição para prestar todos os esclarecimentos
721 necessários a implantação deste empreendimento que se trata de uma obra de infra-estrutura
722 básica com a qual nós todos temos um compromisso com o Poder Público, é uma obra do
723 sistema elétrico interligado nacional que visa o suprimento de energia elétrica a quatro
724 municípios da região, Santana do Paraíso, Mesquita, Ipatinga e Timóteo, especialmente e
725 indiretamente toda região Leste do estado de Minas Gerais, os senhores sabem tão bem quanto
726 eu que quando a gente está falando de suprimento de energia nós estamos falando de saneamento
727 básico, de saúde, de escola, de qualidade de vida, nada disso é possível sem o adequado
728 suprimento de energia elétrica, com essas considerações então, senhor presidente, eu finalizo os
729 meus comentários e solicito então se possível o pedido de esclarecimentos a respeito desse
730 pedido de vistas. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – há alguma
731 questão que possa ser debatida ou esclarecida já diante mão pela equipe da SUPRAM,
732 dependendo do teor o processo pode até ser discutido e deliberado hoje, não sei, mas por hora



733 está mantido o pedido de vistas. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – pelo Ministério
734 Público ele se deu em razão de uma aparente, eu fala aparente porque nós agora vamos verificar
735 né, divergência que teria sido detectada pelo colega, Promotor de Justiça da Comarca de Timóteo
736 Dr. Quepler, entre alguns dados de um processo de compensação ambiental e desse
737 procedimento em questão né, então teria algumas divergências a cerca da unidade de
738 conservação que estariam no entorno ou na área do empreendimento, na área de influência do
739 empreendimento, então ele gostaria de esclarecer essa questão, e a informação, aquela
740 informação que o senhor me apresentou, que foi o estudo a cerca da questão paisagismo, questão
741 cênicas, de fato nós repassamos aos promotores mas de fato não houve tempo deles apreciarem
742 com a profundidade que deveria fazê-los em razão do pouco tempo nos encontramos já dentro do
743 prazo dos dez dias que antecedem a reunião, então assim, é mais do que razoável que eles
744 queiram examinar, então basicamente seriam esses os motivos, agora outras questões que eu vou
745 agora conversar com os colegas né, porque estão na região, eventualmente eu vou fazer uma
746 comunicação, uma solicitação de alguma informação né, ao senhor, à empresa, ao empreendedor
747 assim como a própria SUPRAM né, a gente deve se comunicar nesse período de um mês até a
748 próxima reunião como a gente faz com frequência, com costume pra que na próxima reunião
749 dentro do prazo regimental, ou seja, dez dias antes s da próxima reunião a gente já ter
750 manifestação escrita, formal disponibilizada no site pra todo mundo, pra todo a sociedade e
751 também pro empreendedor e pros colegas do conselho também tenham conhecimento aí do quê
752 que n os estamos levantando. Dirceu Gomes Farjado, diretor técnico da empresa de transmissão
753 Timóteo – Mesquita - ok, Dr. Leonardo, agradeço, e quero renovar pro senhor então a nossa
754 disposição como fizemos até então, de prestar todos os esclarecimentos necessários, estou a sua
755 disposição e quero apenas complementar uma informação aí, o processo de compensação
756 ambiental, logo após a nossa última reunião aconteceu um fato novo e um fato que vai ao
757 encontro do processo de licenciamento que foi o parecer do IEF já apontando as medidas de
758 compensação ambiental de acordo com a lei 9. 985/2000, esse processo já vai ser examinado na
759 câmara de proteção da biodiversidade agora na sexta feira dia 24, nós como empreendedores já
760 oficializamos para o IEF a pedido deles o nosso de acordo com o parecer do IEF e vai ser
761 destinado o limite máximo previsto em lei pra compensação ambiental que é meio por cento do
762 valor do empreendimento, então inclusive essa informação acho que facilita o processo de
763 tomada de decisão aqui do COPAM, mas finalmente renovo a nossa disposição e gostaria que o
764 senhor, se possível nos passasse o quanto antes as solicitações de esclarecimentos pra que a
765 gente possa dar segmento a esse processo. Denise Bernardes Couto, FIEMG – bom, a gente
766 pediu vista também pra acompanhar o Ministério Público, e queremos analisar questões inerentes
767 ao processo, também que mereça uma atenção maior e, dessa forma pedimos vistas também, a
768 FIEMG imagina que a SEDE seja pelo mesmo motivo. Wilson Starling, SEDE – até questioneei
769 essa questão porque eu acho que é uma situação difícil, quer dizer, o empreendedor questionar o
770 motivo do pedido de vista, eu como conselheiro, o motivo que eu pedi vista foi o motivo pra
771 mim estudar mais a matéria e verificar, primeiro porque existe algumas dúvidas ainda inclusive
772 quanto a questão da licença prévia que foi concedida a pouco mais de dois meses aqui nesse
773 conselho, correto, então é questão que a gente pede exatamente pra analisar essas questões, eu
774 acho constrangedor esse tipo de coisa, porque ser questionado, eu acho que nós devemos até
775 mudar então a regra aí que na hora que pedir vista aí, já pede a vista e fundamenta, porque não
776 tenha dúvida e amanhã, pois é, o parágrafo primeiro diz isso aqui, eu vou até ler pra vocês, o
777 pedido de vista deverá ser feito antes da matéria ser submetida a votação na forma de destaque
778 conforme previsto parágrafo segundo e terceiro do artigo 27 dos procedimentos internos desde
779 que fundamentado por uma única vez, desde que fundamentado, então não conceda a vista sem
780 fundamentar, porque quem está agindo errado não somos nós conselheiros não, é a prática aqui,
781 a praxe aqui que está sendo discutida, então quando houver o pedido de vista eu solicito a vossa



782 senhoria, a vossa excelência, nessa caso aí como nosso coordenador, que quando pedir vistas que
783 a vista seja fundamentada, porque senão com pena de ser indeferida, porque o senhor está
784 concedendo sem fundamentação, que está ocorrendo em erro não somos nós, é vossa excelência,
785 muito obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – essa eu agradeço
786 conselheiro, eu agradeço o puxão de orelha, o fato é que essa questão da vista e hoje o regimento
787 nós estamos com algumas questões relevantes sobre o regimento, talvez fosse o caso de nós mais
788 uma apresentação sobre o regimento porque tem alguns pontos que ainda causam muita dúvida,
789 o fato é que o regimento anterior 230 também previa a justificativa para as vistas e tornou-se um
790 costume não se apresentar nenhuma justificativa né, os conselheiros mais antigos aí são
791 testemunhas disso e de fato a presidência sempre concedeu aí e eu não estou falando a minha
792 pessoa, a presidência das URC's e a presidência do COPAM não exigia essa justificativa nos
793 termos do regimento e tornou-se um costume, costume que está em desacordo com a própria
794 norma, com o novo regimento houve a ratificação dessa necessidade de fundamentação do
795 pedido de vistas e nós às vezes por vício né, quando há o pedido há imediatamente a concessão
796 sem a exigência da fundamentação, mas de fato né, o pedido de vista é a solicitação do membro
797 para apreciação da matéria em pauta com intenção de sanar dúvida e ou apresentar propostas
798 alternativa, alternativa, devendo sempre resultar na apresentação de relato por escrito a ser
799 disponibilizado na forma do artigo 20 dessa DN, e o pedido de vistas de fato deve ser
800 fundamentado, então me penitencio aqui doravante sempre exigirei uma fundamentação para
801 pedidos de vista para que possamos cumprir devidamente o regimento interno e vamos nos livrar
802 então dos antigos vícios né de concessão de vistas sem justificativas, ok. Leonardo Castro Maia,
803 Ministério Público – os nossos pedidos de vista sempre são fundamentados, de fato esse não foi,
804 mas nós cumprimos o regimento interno a risca, nessa questão, inclusive já solicitamos a outros
805 conselheiros, em outras reuniões passadas que motivassem o seu pedido de vista, e de fato
806 aconteceu muito rápido e eu vou até pedir licença ao colega, ao senhor Wilson, pra dizer em
807 benefício do presidente pra dizer que eu fui o indutor do erro, não foi nem o presidente, acho
808 que, eu que fui o primeiro que pediu a vista e na seqüência pediram vistas e nós fomos todos
809 caminhando nesse sentido, mas eu quero crer que é de fato necessário, porque todas as nossas
810 decisões devem ser motivadas, todas as decisões, inclusive pedido de vista é apenas mais uma
811 decisão né, que a gente adota e nesse sentido eu tive o maior prazer em apresentar agora os
812 motivos né, pro empreendedor e eu assim, me senti sem nenhum constrangimento, pelo
813 contrário, me senti ajudado pelo empreendedor a apresentar, resolver essa questão quero crer que
814 nós tenhamos resolvido. Wilson Starling, SEDE – uma partizinha Dr. Leonardo. Leonardo
815 Castro Maia, Ministério Público – claro. Wilson Starling, SEDE – mesmo porque data máxima
816 vemea, vossa excelência não motivou o pedido, mandar pra promotor de Ipatinga, de Coronel
817 Fabriciano pra ele manifestar, ora, isso não é fundamentação pra um pedido de vista, ele teria
818 que estar andando na frente e já ter oferecido ao senhor o subsidio contra esse processo, então o
819 pedido de vista do senhor, me desculpe, não está fundamentado, muito obrigado. Leonardo
820 Castro Maia, Ministério Público – senhor Wilson, veja bem, o promotor de Ipatinga e o promotor
821 de Timóteo, e de outras comarcas né, que são várias comarcas que estão na área de influência do
822 empreendimento, eles não vão manifestar, quem vai manifestar sou eu por voto escrito, 10 dias
823 antes do regimento, aparente nós vamos verificar agora divergência entre os processos, o parecer
824 que vai ser apresentado sexta feira, votado e o nosso procedimento né, então é uma questão de
825 suma importância que nós vamos verificar e o senhor também, eu costume dizer pro senhor, eu
826 sempre que eu peço vista o senhor me acompanha, então eu acho que isso é sinal de que nós
827 estamos convergindo sempre na mesma direção, nós temos sempre encaminhando em conjunto.
828 Wilson Starling, SEDE – sem motivação, diga-se de passagem. Leonardo Sorbliny Schuchter,
829 Superintendente Zona da Mata – muito bem, então item 5.1 Empresa de transmissão Timóteo –
830 Mesquita Ltda, vistas concedidas para Procuradoria Geral de Justiça, FIEMG, e SEDE, ok.



831 VISTAS CONCEDIDAS. Antes do encerramento, vamos a moção, e a redação ficou sobre a
832 responsabilidade do conselheiro Leonardo, pergunto conselheiro, conselheiro, pergunto se o
833 endereçamento de moção no seu ponto de vista deve ser para presidente dessa URC ou
834 presidente do COPAM, secretário de estado? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – acho
835 que o endereçamento seria o presidente da câmara, da câmara dos deputados, que é aonde os.
836 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – é porque é mais uma questão
837 regimental, a moção tem que passar pelo presidente do COPAM, e ele faz o encaminhamento.
838 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – sim, sem problema algum, ele que vai ser o emissor
839 né, da. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – podemos encaminhar ao
840 presidente da URC, da URC? Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu acho que pode ir
841 pro presidente do COPAM, não há problema nenhum de ir pro secretário, sim, sem dúvida.
842 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – e a SUPRAM enquanto
843 secretaria executiva solicita a ele que faça encaminhamento para congresso, ou pra câmara,
844 enfim. Alice Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – com
845 assinatura de todo mundo né. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata - no
846 documento propriamente dito e depois da deliberação ele vai assinado pelo, por mim e pela
847 secretária executiva, e aí a deliberação fica valendo como a manifestação do colegiado de todos
848 os seus membros. Muito bem, o texto é o seguinte, atenção senhores, moção número 02/2013, é a
849 numeração que consta aqui em nosso registro, os conselheiros da Unidade Regional Colegiada
850 Leste Mineiro, do Conselho Estadual de Política Ambiental COPAM em sua 92 reunião
851 Ordinária realizada no dia 21/maio/2013 no município de Governador Valadares, M.G.
852 aprovaram a moção com o seguinte teor, a Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro
853 manifesta-se contrariamente a proposta de emenda à Constituição 37/2011 que restringe a
854 investigação criminal às polícias federal e civis dos estados e Distrito Federal, prejudicando
855 apurações de ilícitos ambientais, hoje elevados a efeito pelos órgãos do sistema nacional do meio
856 ambiente e pelo Ministério Público. Ok, alguma dúvida? Eu coloco então em votação, aqueles
857 que estiverem de acordo com a moção permaneçam como estão. Denise Bernardes Couto,
858 FIEMG – FIEMG abstenção. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
859 aprovada a moção com voto favorável de todos os conselheiros com exceção da FIEMG que se
860 absteve. Ok, será dado o devido encaminhamento e nós enquanto cidadãos temos que realmente
861 refletir sobre essa questão com muito seriedade e os senhores enquanto representantes de vários
862 segmentos da sociedade também tem que ficar atentos a essa matéria. Muito bem, vamos
863 encerrar? Agradeço a presença de todos, pois não, D. Alice. Não, porque isso vai constar em ata,
864 a nossa ata vai ser aprovada na reunião seguinte provavelmente e a ata vai constar. Denise
865 Bernardes Couto, FIEMG – senhor presidente, sei que já passou o momento de assuntos gerais,
866 mas uma questão que eu lembrei aqui agora, desculpe a minha falha, pode ser esclarecido ou
867 não, se não puder não tem problema, a gente deixa pra próxima reunião, sem problema, sobre a
868 questão da portaria do IEF que trata da questão dos 30 dias ou não, isso já tem um
869 esclarecimento pra gente ou não, isso foi levantado na última reunião aqui, se não tiver como,
870 tudo bem, a gente esclarece na próxima reunião, eu não lembro o número da portaria. Leonardo
871 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – nós ainda não temos uma manifestação da
872 SEMAD e do IEF né, formal. Sim, a questão do telefone é comum a todas as SUPRAM's né, eu
873 vou aqui já antecipar que a SUPRAM Zona da Mata infelizmente também não consegue atender
874 satisfatoriamente, são 156 municípios que eu não sei quantos empreendedores com um só
875 telefonista, então é muito difícil mesmo, infelizmente nós temos um problema estrutural, Maria
876 Helena. Maria Helena, SUPRAM Leste – bem, a questão do telefone ela está vinculada à questão
877 do tipo de sistema que nós temos, nós estamos utilizando o sistema VOIP e o quê que acontece,
878 são três números e quando o primeiro é atendido, ocupado, os outros dois são bloqueados, ainda
879 bem, ainda bem, que o meu telefone não tem esse sistema, por isso que você conseguiu falar



880 comigo, é, mas eu estou acostumada, entendeu, é o problema, então não é falta de atenção da
881 SUPRAM, desleixo, não tem nada disso, se atender um número os outros dois automaticamente
882 ficam bloqueados ta, e podem continuar ligando pro meu telefone, eu não faço questão. Alice
883 Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – e o quê que a gente pode
884 fazer pra consertar isso, nada? Maria Helena, SUPRAM Leste – mudar o sistema. Alice Lorentz
885 de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – e como é que muda o sistema? Não
886 pode falar com o Adriano não? Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
887 ok senhores, vamos encerrar, agradeço a presença de todos, até mês que vem, se Deus quiser.